



**RE
LA
TÓ
RIO**
anual
2015

PLANO DE ATIVIDADES - 2016

- Intensificar campanha de capitalização 2016;
- Reestruturar o espaço físico das agencias;
- Desenvolver ações de responsabilidade social e ambiental junto a comunidade;
- Ampliar o quadro social do Sicoob Coopemar;
- Intensificar ações que promovam o cumprimento do Planejamento Estratégico;
- Desenvolver a qualificação continuada de dirigentes/conselheiros e funcionários;
- Estimular a participação da comunidade, através de ações voltadas para o Cooperativismo;
- Intensificar estratégias de expansão da Cooperativa.

SUMÁRIO



20 Plano de Atividades

06 Mensagem do Presidente

08 Quadro Evolutivo

10 Relação de Colaboradores

13 Órgãos da Administração

14 Relatório da Administração

18 Balanço Patrimonial

23 Notas Explicativas

37 Parecer do Conselho Fiscal

38 Relatório da Auditoria

Mensagem do Presidente

Encerramos o ano de 2015 com a sensação de dever cumprido, especialmente considerando que, mesmo diante o cenário de crise enfrentado pelo nosso país, fechamos o exercício com resultado positivo, superior ao resultado de 2014, ano no qual tivemos a experiência de incorporação de uma de nossas co-irmãs, fato que tem sido de grande importância para o crescimento de nossos números.

O nosso compromisso tem sido realizar uma gestão voltada para o desenvolvimento de nossa Cooperativa. Somos diariamente motivados ao trabalho com o compromisso de construir melhores estratégias e soluções financeiras e isso vem culminando em resultados positivos exemplo do que estamos apresentando hoje. Tudo isto tem sido possível devido ao empenho dos conselheiros, diretores, colaboradores e de vocês, nossos cooperados, que também acreditam nesta cooperativa para suas movimentações financeiras.

O SICOOB COOPEMAR tem como um dos seus princípios realizar seus negócios de forma correta e transparente. Dessa forma, tem sido possível construir um relacionamento de respeito e confiança entre os cooperados e colaboradores, aos quais, ao ensejo, agradecemos o comprometimento com o crescimento da nossa cooperativa. Caro associado, agradecemos por fazerem do SicoobCoopemara sua instituição financeira. Nossos esforços durante todos esses anos foram pensando em você.

Em 2016 queremos continuar contando com a sua presença, sua amizade e confiança, para que esta família possa continuar crescendo de forma sustentável. Este será um ano de grandes desafios, aos quais venceremos, pois "Juntos Somos Mais Fortes"!

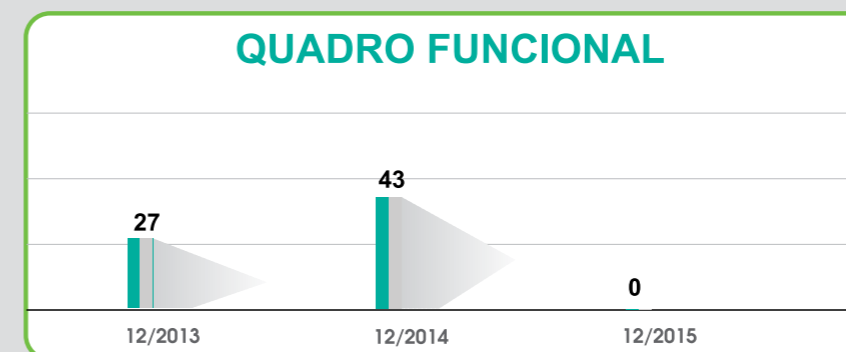
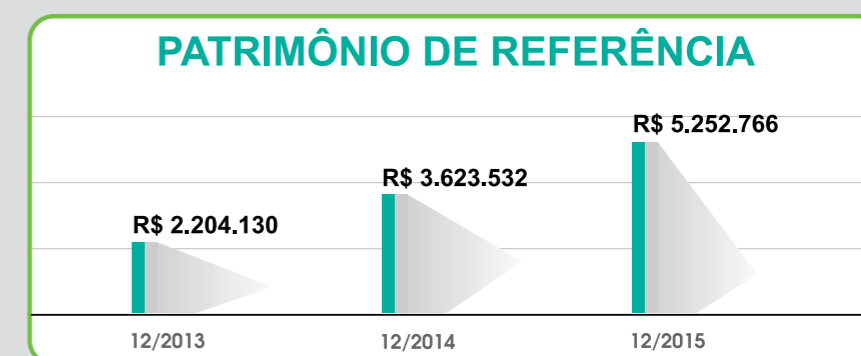
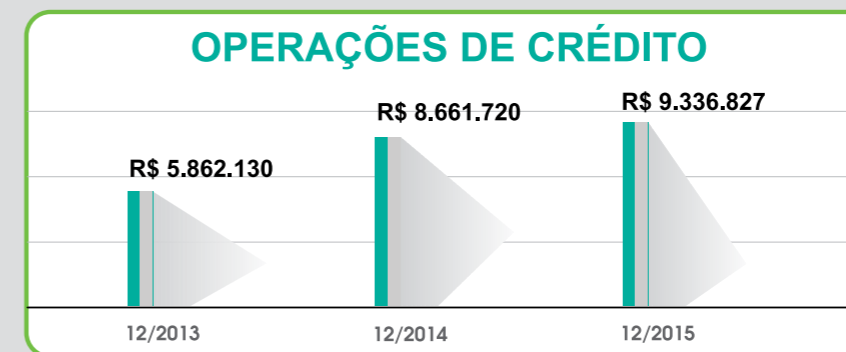
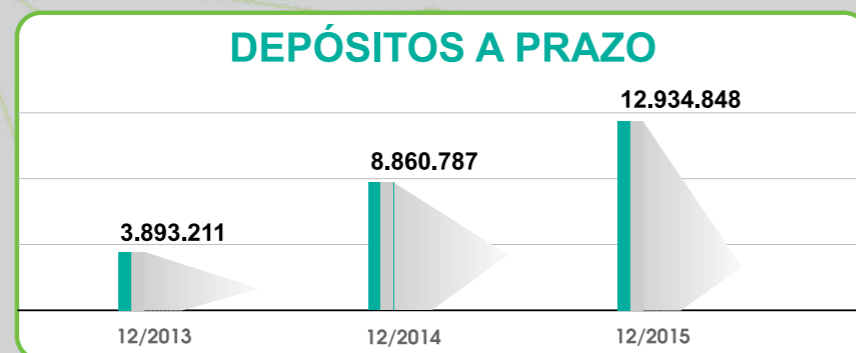
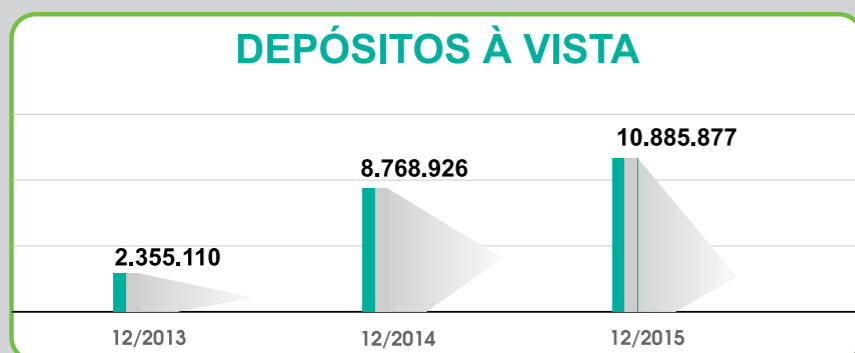
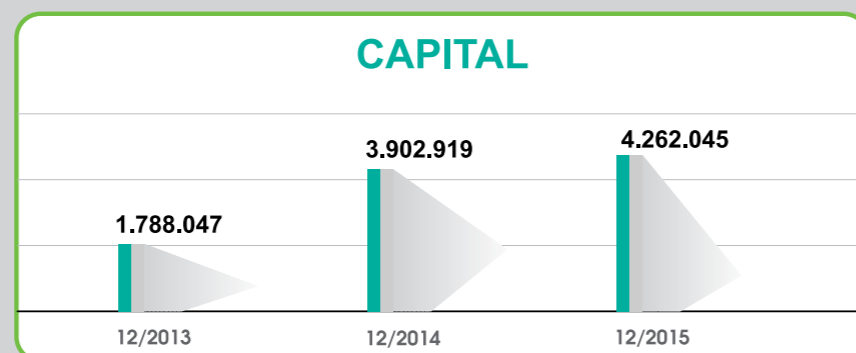
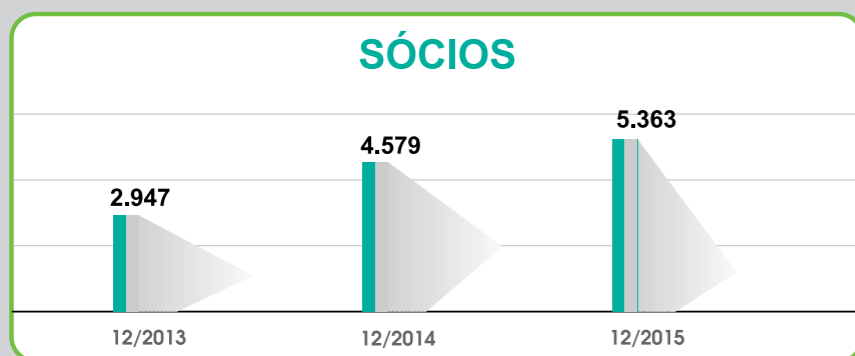
Atenciosamente,

José de Jesus

Presidente do Conselho de Administração

Quadro Evolutivo

Sicoob Coopemar



Relação de colaboradores

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE MAIRI LTDA
SICOOB COOPEMAR

➤ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho
Conselheiros:

JOSÉ DE JESUS
ERIVALDO SILVA OLIVEIRA
JOCEVAL MOREIRA DE SOUZA
JOSÉ SILVA DA COSTA
JORGE OLIVEIRA CRUZ
LUCIANO MAIA DE OLIVEIRA
RUMMENIGGE LIBÓRIO OLIVEIRA DOS SANTOS
VERA LÚCIA NASCIMENTO MENDES
LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA
JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS

➤ DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral
Diretor Administrativo
Diretora Operacional

VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA

➤ CONSELHO FISCAL

Coordenador
Membros Efetivos

JOSENALDO DE OLIVEIRA RIOS
WALLACE ALVES MENDES DE SOUZA
RALF DANILO ALMEIDA SANTOS

Suplentes:

ANTÔNIO PEREIRA NETO
SODEVAL RIBEIRO CUNHA

➤ COLABORADORES

Agência de Mairi:

Gerente de PA
Agente de Atendimento
Caixa
Caixa
Caixa
Estagiária
Assistente Administrativo
Assistente Administrativo
Auxiliar de Serviços Gerais
Supervisor Administrativo Financeiro
Analista de Crédito
Receptionista
Assistente Financeiro

JOSIEL AUGUSTA BARBOSA
DAMIRES SOUZA DA SILVA
DJALMA LIMA CERQUEIRA
EDSON SOUSA DA SILVA SANTOS
GENILSON DOS SANTOS SENA
SAMARA OLIVEIRA COELHO
LAIZE SANTANA OLIVEIRA
PEDRO PAULO SILVA DE ASSUNÇÃO
ROSICLEI DA SILVA OLIVEIRA
SIMONE MURITIBA REIS SAMPAIO
TAMILLI DE ARAÚJO OLIVEIRA SILVA
TATIANA SILVA BELAS
THAÍS ALMEIDA RIOS DA SILVA

Agente de Controles Internos e Riscos DORISDENE ALVES DA SILVA

Agência de São José do Jacuípe:

Gerente de PA
Caixa
Analista de Negócios
Auxiliar de Serviços Gerais
Estagiária

JOSÉ JEOVÁ SEBASTIÃO LOPES
AURICÉLIA OLIVEIRA VILARONGA
CINTHIA VILAS BOAS RIOS
NAIARA VILARONGA FEITOSA
YANNA RAMOS OLIVEIRA

Agência de Várzea do Poço:

Gerente de PA
Caixa
Agente de Atendimento
Estagiário

DOUGLAS OLIVEIRA ABREU
ELIJANE LIMA DA SILVA REIS
THAMILA MATOS RIOS
VALDEMIR DOS SANTOS MATOS JÚNIOR

Agência de Serrolândia

Gerente de PA
Caixa
Agente de Atendimento

GIVANILDO ALMEIDA DE SOUZA
MICHELLE MARIA NASCIMENTO
SAMARA NERI MACHADO

Agência de Miguel Calmon

Gerente de PA
Agente de Atendimento
Caixa
Caixa
Auxiliar de Serviços Gerais

DAYSE LEILA OLIVEIRA SILVA
WALQUEILA MENEZES DE SOUZA
ELVIS SANTOS DA SILVA
ROTON FÁBIO MARQUES OKUYAMA
RAULITA MENEZES RIOS BACELAR

Agência de Juazeiro

Gerente de PA
Assessor de Crédito
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Analista de Negócios
Assessor de Negócios
Assistente de Serviços Gerais
Assessor Financeiro

JOSÉ NEILSON FERREIRA SAMPAIO
CLEIDIVANA VIDAL LEITE LINO
JOHN LUBARINO DE BRITO
ULYSSES SILVA ROCHA
JOSÉ RAIMUNDO VALERIANO DA PAIXÃO
LIDIANE DE LIMA SILVA
SILVÂNIA CONCEIÇÃO SERAFIM SOUZA
MARIA DA GUIA ELIOTÉRIO DE SOUSA
MARIA DE FÁTIMA GOMES ALVES

Agência de Petrolina

Analista de Negócios
Agente de Atendimento
Caixa
Caixa
Caixa
Tesoureiro

LARISSA COELHO MOREIRA
CLAUDIA MYRELLA DE L. CARVALHO
AMANDA HERCULANO J. E SILVA
JOSIVAL OLIVEIRA COSTA
YAN GONÇALVES MACÊDO
CLOVIS NUNES DA COSTA

➤ ENDEREÇO DAS AGÊNCIAS

MAIRI

Rua Rui Barbosa, nº 152, Centro – CEP: 44.630-000
Telefone: (74) 3632-2217 – 3632-3113

SÃO JOSÉ DO JACUÍPE

Praça da Matriz, nº 396, Centro – CEP: 44.698-000
Telefone: (74) 3675-1380

VÁRZEA DO POÇO

Praça Ariosto Soares Cunha, nº 226, Centro – CEP: 44.715-000
Telefone: (74) 3639-2415

SERROLÂNDIA

Rua Castro Alves, nº 200, Centro – CEP: 44.720-000
Telefone: (74) 3631-2366

MIGUEL CALMON

Praça Lauro de Freitas, nº 280, Centro – CEP: 44.720-000
Telefone: (74) 3627-2593

JUAZEIRO

Praça Barão do Rio Branco, nº 23, Centro – CEP: 48.903-400
Telefone: (74) 3611-7520 / 7892

PETROLINA

Rua Calçadão Bahia, nº 87, Centro – CEP: 56.302-350
Telefone: (87) 3862-3607 / 3609

Órgãos da ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
Diretor Geral

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo

LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretor Operacional

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor Geral
VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS

Diretor Administrativo
JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Diretora Operacional
LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho
JOSÉ DE JESUS

Conselheiros:
ERIVALDO SILVA OLIVEIRA
JOCEVAL MOREIRA DE SOUZA
JOSÉ SILVA DA COSTA
JORGE OLIVEIRA CRUZ
LUCIANO MAIA DE OLIVEIRA
RUMMENIGGE LIBÓRIO OLIVEIRA DOS SANTOS
VERA LÚCIA NASCIMENTO MENDES

Relatório da administração

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/15 da Cooperativa de Crédito de Rural de Mairi Ltda. – SICOOB COOPEMAR, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

O SICOOB COOPEMAR completou 16 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, o SICOOB COOPEMAR obteve um resultado de R\$ 761.672,82 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 13,9 %.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 17.795.999,11. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 9.336.826,95.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 553.026,55	6%
Carteira Comercial	R\$ 8.783.800,40	94%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/15 o percentual de 23,2% da carteira, no montante de R\$ 2.168.751,92.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 23.820.724,67, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 35,1%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 10.885.876,68	46%
Depósitos a Prazo	R\$ 12.934.847,99	54%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na da-

ta-base de 31/12/15 o percentual de 31,5% da captação, no montante de R\$ 7.498.845,04.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPEMAR era de R\$ 5.252.765,64. O quadro de associados era composto por 5.363 Cooperados, havendo um acréscimo de 16,8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL BAHIA, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB COOPEMAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BAHIA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPEMAR aderiram em 2006, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2015, a Ouvidoria do SICOOB COOPEMAR registrou 06 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 06 reclamações, 02 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Ga-

rantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco e de Capital

Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional do Sicoob Coopemar objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Coopemar aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Coopemar na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir).

e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, Sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

g) Para situações de risco identificadas são estabele-

cidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o Sicoob Coopemar possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

Risco de mercado

a) O gerenciamento do risco de mercado do Sicoob Coopemar objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Coopemar aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o Sicoob Coopemar possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Coopemar objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Coopemar aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Coopemar possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Coopemar objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Coopemar aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Mairi-BA, 09 de março de 2016.

Vandealdo Teixeira Rios
Diretor Geral

João Almeida de Oliveira
Diretor Administrativo

Luciara Andrade de Oliveira
Diretora Operacional



Balanço Patrimonial

ATIVO	2015	2014	AH%
CIRCULANTE	25.420.263	19.014.185	34%
DISPONIBILIDADES - Nota 03	1.167.974	534.510	119%
CAIXA E BANCO	1.167.974	534.510	119%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Nota 04	52.839	637.759	-92%
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	52.839	637.759	-92%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 05	17.795.999	11.896.380	50%
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	17.795.999	11.896.380	50%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Nota 06	6.005.694	5.584.888	8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.862.757	6.079.946	13%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(857.063)	(495.058)	73%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 07	376.853	360.575	5%
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	950	-	100%
RENDAS A RECEBER	255.866	152.588	68%
DIVERSOS	149.261	236.325	-37%
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(29.224)	(28.338)	3%
OUTROS VALORES E BENS - Nota 08	20.903	72	28788%
DESPESAS ANTECIPADAS	20.903	72	28788%
NÃO CIRCULANTE	5.701.782	5.036.613	13%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Nota 04	669.289	-	100%
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	669.289	-	100%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - Nota 06	2.474.070	2.581.774	-4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.474.070	2.581.774	-4%
INVESTIMENTOS - Nota 09	904.272	760.411	19%
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	904.272	760.411	19%
IMOBILIZADO DE USO - Nota 10	1.157.547	1.029.691	12%
IMÓVEIS DE USO	651.198	682.216	-5%
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	262.974	177.835	48%
OUTROS	243.375	169.641	43%
DIFERIDO - Nota 11	347.720	485.516	-28%
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	347.720	485.516	-28%
INTANGÍVEL - Nota 12	148.883	179.222	-17%
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES	148.883	179.222	-17%

PASSIVO	2015	2014	AH%
CIRCULANTE	25.359.886	18.589.621	36%
DEPÓSITOS - Nota 13	23.820.725	17.629.712	35%
DEPÓSITOS A VISTA	10.885.877	8.768.926	24%
DEPÓSITOS SOB AVISO	19.912	431.109	-95%
DEPÓSITOS A PRAZO	12.914.936	8.429.678	53%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 14	282.681	-	100%
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS	282.681	-	100%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS - Nota 15	400.251	1.285	31049%
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	400.251	1.285	31049%
OUTRAS OBRIGAÇÕES - nota 16	856.228	958.624	-11%
COBRANÇA E ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS	2.202	3.495	-37%
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS - Nota 16.1	167.388	143.999	16%
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - Nota 16.2	124.769	107.962	16%
DIVERSAS - Nota 16.3	561.869	703.167	-20%
NÃO CIRCULANTE	279.931	750.788	-63%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 14	279.931	-	100%
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS	279.931	-	100%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Nota 14	-	750.788	-100%
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	750.788	-100%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 18	5.482.228	4.710.390	16%
CAPITAL SOCIAL - Nota 18.1	4.262.045	3.902.919	9%
RESERVAS DE LUCROS - Nota 18.2	866.975	584.408	48%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS - Nota 18.3	353.208	223.063	58%
TOTAL DO PASSIVO	31.122.044	24.050.798	29%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
DIRETOR PRESIDENTE

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR

Demonstrações de Sobras ou Perdas para os Exercícios de 2015 E 2014

	2º Semestre 2015	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.038.619	3.724.815	2.770.227
Operações de Crédito	1.991.974	3.640.446	2.726.572
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	46.645	84.369	43.655
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.044.101)	(1.985.230)	(894.689)
Operações de Captação no Mercado	(703.383)	(1.223.170)	(620.216)
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	(19.068)	(37.675)	(76.640)
Provisão para Operações de Créditos	(321.650)	(724.385)	(197.832)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	994.518	1.739.585	1.875.539
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(344.589)	(910.657)	(1.358.093)
Ingressos /Receitas de Prestação de Serviços	280.690	603.626	447.617
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	470.229	920.973	722.007
Dispêndio /Despesas de Pessoal	(1.109.622)	(2.177.045)	(1.494.740)
Outras Dispêndios /Despesas Administrativas	(1.114.141)	(2.141.544)	(1.808.988)
Dipêndios /Despesas Tributárias	(20.845)	(49.313)	(42.279)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.152.191	1.948.498	779.238
Outros Ingressos/Rendas Operacionais - Nota 20	75.236	130.529	191.043
Outros Dispêndios /Despesas Operacionais - Nota 21	(78.328)	(146.380)	(151.991)
RESULTADO OPERACIONAL	649.929	828.928	517.446
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 22	(29.437)	(43.947)	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	620.492	784.981	517.446
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.904)	(23.308)	(25.044)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	610.588	761.673	492.402
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	-	(408.465)	(312.159)
FATES		(125.898)	(114.431)
RESERVAS DE LUCROS		(282.567)	(197.728)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS	610.588	353.208	180.243

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
Saldo em 31/12/13	1.788.047	386.680	29.402	2.204.130
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	29.291		(29.291)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(111)	(111)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	488.611			488.611
Por Devolução (-)	(123.455)			(123.455)
Saldos por Incorporação	1.720.424		66.917	1.787.342
Perdas 2013 oriundas Incorporação a ratear associados			(24.097)	(24.097)
Sobras ou Perdas Líquidas			492.402	492.402
Fates Atos Não Cooperativos			(64.999)	(64.999)
Destinação das Sobras do Exercício:				
. Fundo de Reserva		197.728	(197.728)	-
. F A T E S			(49.432)	(49.432)
Saldos em 31/12/14	3.902.919	584.408	223.063	4.710.390
Saldo em 31/12/14	3.902.919	584.408	223.063	4.710.390
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	222.072		(222.072)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(991)	(991)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	429.757			429.757
Por Devolução (-)	(292.703)			(292.703)
Sobras ou Perdas Líquidas			761.673	761.673
Fates Atos Não Cooperativos			(55.256)	(55.256)
Destinação das Sobras do Exercício:				
. Fundo de Reserva		282.567	(282.567)	-
. F A T E S			(70.642)	(70.642)
Saldos em 31/12/15	4.262.045	866.975	353.208	5.482.228
Saldo em 30/06/15	4.278.076	584.408	151.085	5.013.569
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	219.321			219.321
Por Devolução (-)	(235.351)			(235.351)
Sobras ou Perdas Líquidas			610.588	610.588
Fates Atos Não Cooperativos			(55.256)	(55.256)
Destinação das Sobras do Exercício:				
. Fundo de Reserva		282.567	(282.567)	-
. F A T E S			(70.642)	(70.642)
Saldos em 31/12/15	4.262.045	866.975	353.208	5.482.228

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

	2º Semestre		
	2015	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	620.492	784.981	517.446
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	339.442	572.497	430.857
Despesas de depreciação e amortização	144.077	280.600	234.010
IRPJ / CSLL	(9.904)	(23.308)	(25.044)
Provisão para Operações de Crédito	205.268	362.005	232.585
Destinação de sobras da Central	-	(46.801)	(10.695)
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	981.807	5.502.823	6.883.002
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(46.645)	(84.369)	(637.759)
Relações interfinanceiras e interdependências	950.868	961.578	752
Operações de crédito	(118.236)	(675.107)	(2.799.590)
Outros créditos	83.203	(16.278)	(230.334)
Outros valores e bens	(10.748)	(20.831)	18.024
Depósitos	932.974	6.191.013	11.381.391
Obrigações por empréstimos e repasses	(573.429)	(750.788)	(1.118.218)
Outras obrigações	(236.179)	(102.395)	268.734
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.941.741	6.860.301	7.831.304
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	(65.932)	(97.061)	(319.710)
Aumento Investimentos oriundos incorporação	-	-	(211.350)
Aquisição de imobilizado de uso	(181.610)	(248.333)	(51.010)
Aumento imobilizado oriundo incorporação	-	-	(146.401)
Baixa no diferido	-	9.400	-
Aumento diferido oriundo incorporação	-	-	(583.558)
Aplicação no Intangível	(1.389)	(1.389)	(45.062)
Aumento intangível oriundo incorporação	-	-	(49.750)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(248.931)	(337.383)	(1.406.840)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	(141.929)	10.165	2.013.858
Aumento por novos aportes de Capital	219.321	429.757	488.611
Aumento de Capital Resultante de Incorporação	-	-	1.720.424
Devolução de Capital à Cooperados	(235.351)	(292.703)	(123.455)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar	-	(991)	(111)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(55.256)	(55.256)	(64.999)
FATES Sobras Exercício	(70.642)	(70.642)	(49.432)
Sobras acumuladas oriundas de incorporação	-	-	66.917
Perdas acumuladas 2013 oriundas de incorporação	-	-	(24.097)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(141.929)	10.165	2.013.858
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	1.550.881	6.533.083	8.438.322
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	1.550.881	6.533.083	8.438.322
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.413.092	12.430.890	3.992.568
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	18.963.974	18.963.974	12.430.890

Notas Explicativas

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICOOB COOPEMAR, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27/03/2000, filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia. – SICOOB CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPEMAR possui Postos de Atendimento Cooperativo (PACs) nas seguintes localidades: São José de Jacuípe, Várzea do Poço, Serrolândia, Miguel Calmon, Juazeiro e Petrolina (PE).

O SICOOB COOPEMAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. São considerados ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela administração, em reunião de 9/3/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contin-

gentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09. O CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 terá validade somente a partir de 1º de janeiro de 2016.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, os depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e o equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	1.167.974	534.510
Relações interfinanceiras – centralização financeira	17.795.999	11.896.380
Total	18.963.974	12.430.890

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro e retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro-rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios, entre outros equipamentos, as instalações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do Cosif. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – “impairment”

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante - até 1 ano	Não Circulante - acima de 1 ano	Total	
Títulos Dados em Garantia - Outros	52.839	669.289	722.128	637.759
Total	52.839	669.289	722.128	637.759

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancá-

rios – CDI, no SICOOB CENTRAL BA, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo a garantia de limites de cartão de crédito (Mastercard), com data de resgates preestabelecidos no momento da aplicação.

5. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	17.795.999	11.896.380
Total	17.795.999	11.896.380

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL BA.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015	Total em 31/12/2014	Provisões 31/12/2014
AA - Normal	76.870		11.204	
A 0,5% Normal	4.087.807	(20.439)	4.356.010	(21.780)
B 1% Normal	3.777.973	(37.780)	3.055.121	(30.551)
B 1% Vencidas	89.190	(892)	52.875	(529)
C 3% Normal	187.181	(5.615)	257.024	(7.711)
C 3% Vencidas	51.134	(1.534)	111.577	(3.347)
D 10% Normal	34.981	(3.498)	202.312	(20.231)
D 10% Vencidas	59.392	(5.939)	150.743	(15.074)
E 30% Normal	107.471	(32.241)	4.934	(1.480)
E 30% Vencidas	90.405	(27.122)	59.951	(17.985)
F 50% Normal	14.000	(7.000)	6.054	(3.027)
F 50% Vencidas	60.050	(30.025)	23.065	(11.532)
G 70% Normal	48.772	(34.141)	24.404	(17.083)
G 70% Vencidas	2.543	(1.779)	5.732	(4.012)
H 100% Normal	230.169	(230.169)	83.884	(83.884)
H 100% Vencidas	418.889	(418.889)	256.830	(256.831)
Total Normal	8.565.224	(370.883)	8.000.947	(185.747)
Total de Vencidas	771.603	(486.180)	660.773	(309.310)
Total Geral	9.336.827	(857.063)	8.661.720	(495.057)
Provisões	(857.063)		(495.057)	
Total Líquido	8.479.764		8.166.662	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	1.297.048	2.120.672	1.766.757	5.184.477
Crédito Pessoal	1.599	2.313		3.912
Títulos Descontados	66.849	9.288		76.137
Cheques Descontados	1.401.665	190.392		1.592.057
Financiamentos	167.824	314.597	344.813	827.234
Financiamentos Rurais	190.526	-	362.500	553.026
Créditos por Avais e Fianças Honrados	950	-	-	950
Total	3.126.461	2.637.262	2.474.070	8.237.793

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Emprést. / Financ.	Título Desc.	Crédito Rural	31/12/2015	% da carteira
Setor Privado – Comércio	887.576	522.015	-	1.409.591	17,22%
Setor Privado – Indústria	9.348	44.699	-	54.047	0,66%
Setor Privado – Serviços	836.851	246.587	-	1.083.438	13,15%
Pessoa Física	4.145.614	783.091	553.026	5.481.731	66,54%
Outros	137.184	71.801	-	208.985	2,53%
Total	6.016.572	1.668.194	553.027	8.237.793	100,00%

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(495.058)	(262.472)
Constituições / Reversões no Período	(584.506)	(478.525)
Transferência para Prejuízo no Período	222.501	245.939
Total	(857.063)	(495.058)

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Devedor	188.446	2,02%	203.926	2,35%
10 Maiores Devedores	1.425.474	15,27%	1.191.211	13,75%
50 Maiores Devedores	3.629.859	38,87	3.235.227	37,35%

Não foram consideradas as hipóteses de grupos econômicos

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.721.400	330.382
Valor das operações transferidas no período	222.500	245.939
Operações em prejuízo oriundas de incorporação	-	1.211.312
Valor das operações recuperadas no período	(201.879)	(66.233)
Total	1.742.021	1.721.400

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e títulos descontados	3.021.020	2.340.126
Financiamentos	236.515	270.492
Financiamentos rurais e agroindustriais	37.797	51.367
Despesa de cessão de operações de crédito	-	(1.878)
Sub-Total	3.295.332	2.660.107
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	345.114	66.465

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos por Avais e Fianças Honrados	950	-
Rendas a Receber	255.866	152.588
Serviços Prestados a Receber	28.287	17.325
Centralização Financeira	205.815	114.154
Rendas Convênios a Receber – Inss	10.569	10.506
Outras Rendas a Receber	11.195	10.604
Diversos	149.261	236.325
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5.267	14.234
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	3.800	3.000
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	26.339	8.489
Impostos e Contribuições a Compensar	900	-
Pagamentos a Ressarcir	-	137.726
Títulos e Créditos a Receber	73.305	60.221
Devedores Diversos – País	39.650	12.655
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(29.224)	(28.338)
Total	376.853	360.575

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Antecipadas	20.903	72
Total	20.903	72

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do BANCOOB.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	SICOOB CENTRAL BA	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2014	590.054	170.356	760.411
Investimentos	92.132	51.730	143.862
Saldos em 31/12/2015	682.186	222.086	904.272

10. Imobilizado de Uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme o estabelecido abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Edificações	4%	775.443	775.443
Instalações	10%	107.311	48.106
Móveis e Equipamentos	10%	311.769	252.884
Sistema de Processamento de Dados	20%	397.739	303.777
Sistemas de Comunicação	10%	13.994	13.994
Sistema de Segurança	10%	111.546	77.596
Sistema de Transportes	10%	-	26.154
Total		1.717.802	1.497.954
Depreciação acumulada		(560.255)	(468.263)
Total		1.157.547	1.029.691

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	Taxa de Amortização %	2015	2014
Benfeitorias (a)	20	722.274	734.274
Programa de computador – software	20	17.277	17.277
TOTAL		739.551	751.551
Amortização Acumulada		(391.831)	(266.035)
Total		347.720	485.516

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização %	2015	2014
Sistema de processamento de dados - Sisbr	10	296.075	176.075
Sistema de Processamento de dados – software	10	8.295	128.999
Licenças Kaspersky	33	9.337	7.243
TOTAL		313.707	312.317
Amortização acumulada		(164.823)	(133.095)
TOTAL		148.883	179.222

O valor registrado na rubrica “Intangível” refere-se as licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR adquiridas do Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR. Além de aquisição de licença antivírus Kaspersky.

13. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Depósito à Vista	10.885.877	8.768.926
Depósito Sob Aviso	19.912	431.108
Depósito a Prazo	12.914.936	8.429.678
Total	23.820.725	17.629.712

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e nº 4.284/13. Esse fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), além disso, tem o objetivo de prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos a prazo	(1.190.791)	(602.931)
Total	(1.190.791)	(602.931)

14. Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa média	Vencimento	31/12/2015		31/12/2014
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Bancoob	6,75%	Até 01/2018	279.931	282.681	750.788
Total			279.931	282.681	750.788

Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	37.765	76.640
Total	37.765	76.640

15. Relações Interdependências

São demonstrados os recebimentos efetuados por conta de terceiros, não caracterizados como cobrança ou ordens de pagamento, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Convênios	1.285	1.285
Outros (a)	398.966	-
Total	400.251	1.285

(a) Refere-se a repasses de convênio de folha de pagamento junto a Prefeituras.

16. Outras Obrigações

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	139.991	114.641
Cotas de capital a pagar	27.396	29.358
Total	167.388	143.999

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif;

16.2 Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das obrigações fiscais e previdenciárias de curto prazo está composto por tributos a serem recolhidos, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	1.398	5.546
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.971	11.247
Impostos e Contribuições Sobre Salários	48.318	41.725
Outros	62.082	49.444
Total	124.769	107.962

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	85.585	127.910
Despesas de Pessoal (b)	184.044	175.208
Outras despesas administrativas (c)	125.348	121.465
Outros Passivos	4.909	-
Credores Diversos – País (d)	161.983	278.584
Total	561.869	703.167

(a) O valor refere-se a salários e vencimentos a pagar.

(b) Referem-se Provisão de Férias (R\$ 108.810); provisão despesas de INSS férias (R\$ 27.964); provisão despesa de FGTS férias (R\$ 8.705); provisão despesa PIS férias (R\$ 1.088), rescisão trabalhista (R\$ 5.355); provisão pagamento Programa Bonificação Anual (R\$ 32.122).

(c) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia/gás (R\$ 4.610), aluguéis (R\$ 7.026), comunicações (R\$ 12.510), processamento de dados (R\$ 13.250), transporte (R\$ 877), seguro (R\$ 43.221), plano de saúde (R\$ 4.310), compensação (R\$ 23.582); provisão despesas com cartões (R\$ 5.658) e outras (R\$ 10.304).

(d) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 129), diferença de caixa (R\$ 588), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 46.079), créditos de terceiros (R\$ 5.578), cheques depositados (R\$ 11.714) e liquidação de cobrança (R\$ 97.895).

17. Instrumentos Financeiros

O SICOOB COOPEMAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus

cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, as normas do Banco Central do Brasil e a posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de março de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 223.063,19.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	366.294	284.018
Despesas específicas de atos não cooperativos	(35.176)	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(208.607)	(206.596)
Resultado operacional	122.511	77.422
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(43.947)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.564	77.422
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.308)	(20.496)
Resultado de atos não cooperativos (incorporada)	-	8.073
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	55.256	64.999

20. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de encargos e despesas	9.443	122.237
Rendas Juros Cartão de Crédito	9.879	68.806
Rendas Multas por Atraso – Cartão de Crédito	23.061	-
Rendas de Intercâmbio – Cartão de Crédito/Débito	10.794	-
Receita Volume Financeiro – Rede	531	-
Outras Rendas Operacionais	76.820	-
Total	130.529	191.043

21. Outros Dispendios/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Outras	4.909	-
Despesas de descontos concedidos em renegociações	-	2.179
Outras despesas operacionais	141.471	149.812
Total	146.380	151.991

22. Resultado Não Operacional

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Lucro na Alienação de Valores e Bens	12.000	-
Ganhos de Capital	63.048	-
Receita Não Operacional	75.048	
Perdas de Capital	(99.983)	
Despesas de Provisões não Operacionais	(2.181)	
Outras Despesas não Operacionais	(16.832)	
Despesas não Operacionais	(118.995)	
Resultado líquido	(43.947)	-

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 522.289	3,82%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 1.864.608	10,07%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque especial e conta garantida	63.231	626	6,42%
Títulos Descontados	74.473	372	4,46%
Empréstimos	169.356	1.330	2,82%
Crédito Rural	11.708	162	2,12%
Coobrigações	45.824	229	8,26%

Operações ativas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
1.137.920	8,8%	90%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas formas de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	9,1% a.m	9,1% a.m
Conta Garantida	9,1% a.m	9,1% a.m
Desconto de Cheques	2% a 3,85% a.m	2% a 3,85% a.m
Empréstimos	1,86% a 4,30% a.m	1,86% a 4,30% a.m
Crédito Rural - Repasses	6,75% a.a	6,75% a.a
Aplicação Financeira	80% a 100% CDI	80% a 100% CDI

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	(196.508)
Cédulas de Presença	(87.260)
Gratificações	(17.396)
INSS	(60.233)

24. Cooperativa Central de Crédito da Bahia

O SICOOB CENTRAL BA é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O SICOOB COOPEMAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o Sicoob Central BA:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	17.795.999	11.896.380
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	682.186	590.054

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA em 30 de junho de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 07 de agosto de 2015, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2015 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

25. Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a cooperativa esteve responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de (R\$ 554.830), referentes ao aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2015.

28. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como modifica a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação da referida Lei, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial de tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros de capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção "não optante", como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

Mairi (BA), 9 de março de 2016.

Vandealdo Teixeira Rios

Diretor Geral

Luciara Andrade de Oliveira

Diretor Operacional

João Almeida de Oliveira

Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva

Contador – CRC/BA nº: 023450/O-3

Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e cinco dias do mês fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às 14:00 horas, na sede da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda, situada à Rua Rui Barbosa 152, Centro, nesta Cidade de Mairi – Bahia, através dos abaixo assinados, declaram que, usando das atribuições que lhes conferem o Estatuto Social desta Entidade, examinaram as demonstrações financeiras e a documentação, concluindo que as atividades compreendidas entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, foram desenvolvidas de forma idônea e transparente. Portanto, recomendamos à Assembléia Geral que aprove as Contas do referido exercício sem restrições.

Mairi, 09 de março de 2016.

Josenaldo Oliveira Rios

Coordenador

Wallace Alves Mendes de Souza

Conselheiro Efetivo

Ralf Danilo Almeida Santos

Conselheiro Efetivo

Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE MAIRI LTDA. - SICOOB COOPEMAR
Mairi - BA

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICOOB COOPEMAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICOOB COOPEMAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICOOB COOPEMAR em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 9 de março de 2016.

Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/O-0 "S" BA
CNAI 1845





SAMP GRÁFICA (75) 3223.1700 - IMPRESSÃO EM 09/03/2016



www.sicoob.com.br

[f /sicoob.oficial](https://www.facebook.com/sicoob.oficial) [@sicoob.oficial](https://www.instagram.com/sicoob.oficial)